



## **PROGRAMA ELEITORAL DO PAN**

### **MONTIJO**

**Autárquicas 2021**

***O Futuro Está em Jogo!***





## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
1. AÇÃO CLIMÁTICA E AMBIENTE.....	4
2. PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL.....	5
3. EDUCAÇÃO.....	6
4. SAÚDE, DESPORTO E BEM-ESTAR.....	8
5. HABITAÇÃO E PATRIMÓNIO PÚBLICO.....	10
6. PERTENÇA, INCLUSÃO, DIGNIDADE E ACESSO À JUSTIÇA.....	11
7. CULTURA E VALORIZAÇÃO ARTÍSTICA.....	15
Investir na criação artística e produção cultural de forma clara e ambiciosa.....	15
Incentivar a participação cultural em todo o território.....	16
8. MOBILIDADE.....	17
9. ECONOMIA E INVESTIMENTO MUNICIPAL.....	20
Agricultura e florestas.....	20
Indústria.....	21
Comércio e serviços.....	21
Emprego.....	22
10. ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA.....	23
11. PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA.....	26
Sinistralidade rodoviária.....	27
12. PLANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	27
Higiene Urbana.....	29





# INTRODUÇÃO

Uma linha de pensamento dual está por trás da elaboração do programa autárquico para o município de Montijo que o PAN apresenta. Por um lado, o aquecimento global que assistimos, e que propicia as alterações climáticas, leva-nos a ter de colocar no terreno um conjunto de ações de âmbito ambiental que possam atenuar e limitar as consequências esperadas, obedecendo à lógica pensar global / agir local. Por outro, o facto de as autarquias serem os órgãos de decisão política mais próximos das populações impele-nos a incentivar e potenciar a participação cívica nos processos de decisão, corporizando a expressão democracia participativa.

Este programa autárquico é composto por doze grandes eixos, que colocam nas e nos munícipes o centro da nossa ação política, com a consagração de propostas que abarcam os vários ciclos de vida das cidadãs e cidadãos e as diferentes dimensões do quotidiano a nível municipal. E fá-lo, naquilo que é orgulhosamente um traço distintivo do PAN, sempre com total respeito pelas demais formas de vida e pela nossa casa comum: o planeta Terra. Para nós o caminho faz-se com políticas que coloquem pessoas, animais e natureza a coabitar harmoniosamente. Tendo em conta as evidências científicas que têm sido reveladas, o caminho não poderá ser outro.

Não pode este programa estar isento da necessidade vital do relançamento económico duma sociedade pós-pandémica. Este momento, que ninguém pediu ou desejou, será porventura a altura ideal para reequacionarmos onde estamos e para onde vamos enquanto comunidade. Reconstruir é preciso. Para tal tiraremos proveito das enormes potencialidades que o território encerra, mas isso deve ser feito em perfeita harmonia com o que o planeta necessita, de forma integrada e sustentável. Só assim construiremos uma comunidade coesa e com futuro. Muitas das medidas que virem anunciadas neste programa terão como traço comum, como não poderia deixar de ser, a candidatura aos apoios financeiros provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência para a sua concretização. No entanto avançar-se-á com financiamento municipal exclusivo nos casos em que se identifique uma necessidade vital e premente. Porque uma autarquia não serve para dar lucro, antes para, no cumprimento das competências e deveres que lhes estão adstritos, dar a melhor qualidade de vida possível à comunidade. E isso implica uma relação de proximidade e de confiança entre eleitos e munícipes que é necessária construir.

Para que esse desígnio seja uma realidade é fundamental voltar a credibilizar os órgãos de decisão autárquica, travando a degradação do debate político-administrativo em Montijo e o conseqüente afastamento da população da discussão pública e da decisão política. Só em conjunto podemos traçar um rumo. Porque ***o futuro está em jogo*** precisamos de todas e todos para o preservar.





# 1. AÇÃO CLIMÁTICA E AMBIENTE

Que não haja ilusões! O aquecimento global e as alterações climáticas, independentemente de ser ou não decretada uma emergência climática, são uma realidade. Os próximos anos serão vitais para o futuro do nosso planeta. É bem verdade que nestas eleições não se elegem órgãos que intervenham nas decisões tomadas a nível global. Mas nunca fez tanto sentido a máxima **agir local, pensar global**. Com efeito, o exemplo que formos dando em cada autarquia, pela sua positividade na área da ação climática e ambiente, pode influenciar as restantes e, concomitantemente, criar um movimento com peso e escala suficientes para fazer a diferença. O futuro está em jogo! Mas esta noção de agir em uníssono é fundamental para resgatarmos o planeta.

Assim o PAN Montijo defende:

- Desistir da construção de qualquer estrutura aeroportuária (complementar ou principal) para aviação civil no concelho de Montijo. **Não ao aeroporto!**
- Formalizar o pedido de **criação da Reserva Ecológica Municipal Estuarina de Montijo (REMEM)**, acompanhando a moção sectorial do último Congresso do PAN que propõe que os municípios do estuário do Tejo se reúnam numa candidatura para classificação do rio Tejo como Património Mundial da Unesco. Defendemos que o município de Montijo dê um primeiro passo e avance com a constituição da **REMEM** que funcionará como área de proteção ecológica num local de grande riqueza ambiental e, indiretamente, como instrumento de planeamento e ordenamento do território.
- **Intervir de forma profunda na frente ribeirinha**, que deve ser protegida mas também aproveitada e gerida com espaços de lazer para usufruto da comunidade e respeitando o meio ambiente. É também fundamental garantir uma **ligação pedonal e ciclável desde o Seixalinho a Sarilhos Grandes**, unindo o concelho na sua frente ribeirinha e **devolvendo o rio à comunidade**.
- Elaborar uma **Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas**, em conjunto com associações e instituições reconhecidas, que estará aberta a consulta pública. O objetivo será a criação dum **documento de compromissos**, claro e ambicioso, que tente mitigar os efeitos destas alterações ao mesmo tempo que adapta o território para as suas consequências.
- Criar um **Compromisso Municipal para a Descarbonização**, no qual deve estar contemplada a substituição de toda a frota automóvel autárquica movida a combustíveis





fósseis por frota elétrica. O mesmo plano passará pela redução, até 2025, de 50% das emissões de gases com efeito de estufa. Este esforço é autárquico mas tem de contar com todas e todos. Por isso estará prevista a adesão voluntária por qualquer entidade.

- **Iniciar projeto de criação duma mata municipal**, na periferia e em local que permita expansão, assente em vegetação autóctone adaptada às condições climatéricas, fundamental para a **captação de carbono da atmosfera**. O espaço deve ser projetado e organizado para a utilização e usufruto da população, com circuito e equipamentos de manutenção, mobiliário urbano e bebedouros (adaptados a animais). Deve prever, se necessário, a edificação de *pontes verdes*.
- **Acabar de vez com a monda química, banindo o uso de herbicidas em especial o glifosato**. Sempre que necessário optar pela monda mecânica ou térmica.
- **Criar bolsas de salvaguarda de vegetação espontânea e flores silvestres para preservação dos insetos polinizadores**.
- **Defender a biodiversidade** e promover observatórios de vida selvagem em parceria com instituições ambientais. Necessário fazer um recenseamento da biodiversidade no concelho.

## 2. PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL

Nunca será demais lembrar que a forma como uma comunidade olha para os animais e promove o seu bem-estar diz muito sobre a mesma. Tendo isso em consideração, e a ideia de harmonia entre pessoas e animais, o PAN entende que deve ser levado a cabo um conjunto de medidas simples que permitam a salvaguarda e defesa do bem-estar daqueles que não têm voz. Assim, defendemos:

- **Acabar com os apoios públicos**, diretos ou indiretos, monetários ou materiais, à **atividade tauromáquica** no concelho!
- Regulamentar a **proibição da instalação de circos** ou atividades similares **com animais** no concelho.
- **Criar parques caninos nas diferentes freguesias da cidade**, integrados em espaços de lazer já existentes ou em zonas verdes, constituídos por um espaço vedado com vários obstáculos, relva e árvores que permitam sombra, que permita que os cães possam correr e brincar soltos em segurança, proporcionando o seu exercício e socialização. Ao mesmo tempo é fomentada a convivência e troca de experiências entre os detentores de animais





de companhia. Os equipamentos devem ainda integrar bebedouros para pessoas e animais e dispensadores de sacos para os dejetos caninos e respetivos recoletores.

- Garantir a universalidade e renovação de dispensadores de sacos para dejetos caninos e manutenção regular dos recoletores.
- **Intervir de forma profunda no canil municipal**, melhorando-o e ampliando-o, dando condições dignas aos animais e trabalhadores. Essa intervenção deverá levar em consideração a **construção dum gatil** e a eventual possibilidade de realocização. Permitir a colaboração de voluntários e associações de proteção animal no espaço, criando sinergias entre comunidade e canil que promovam um tratamento mais eficiente dos animais.
- **Promover um programa de adoção responsável de animais de companhia abandonados ou resgatados**, criando um portal digital que facilite e otimize o processo.
- **Construir**, em diálogo com municípios vizinhos e entidades competentes, como o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, **um CROA – Centro de Recuperação Oficial de Animais** –, que possa recolher e recuperar animais silvestres.
- Idealizar uma **bolsa de famílias de acolhimento temporário ou mesmo adotantes permanentes**, entre os munícipes que tenham propriedades com condições para acolher animais de quinta resgatados, dando a autarquia o apoio necessário, nomeadamente em termos de alimentação e prestação de cuidados veterinários.
- **Implementar o programa CED** – Captura, Esterilização e Devolução – nas colónias de gatos identificadas no concelho, devendo a Câmara concorrer aos apoios criados pelo governo nesta matéria.
- Criar a figura da Provedora / Provedor Municipal dos Animais, a(o) qual deve atuar com autonomia e independência e ter por missão zelar pelos direitos e interesses dos animais do concelho.

### 3. EDUCAÇÃO

Defendemos uma Revolução na Educação, porque é aqui que tudo começa. Devemos dar condições condignas às crianças e jovens no seu percurso de aprendizagem, dignificando também dessa forma o pessoal docente e não docente. Devemos ouvir e incluir a comunidade educativa nas decisões que forem sendo tomadas nesta matéria. Devemos educar para a cidadania e para a sustentabilidade. Devemos educar para a saúde, para a felicidade e para o respeito para com o meio ambiente. Devemos educar para o respeito pelos direitos humanos e pela diversidade,





rejeitando a narrativa populista e simplista propalada nos discursos de ódio geradora de intolerâncias e discriminações.

Para que tal seja uma realidade defendemos as seguintes medidas prioritárias:

- Efetuar um **levantamento** exaustivo de todas as **necessidades das escolas públicas concelhias**, estabelecer prioridades e iniciar obras imediatas nos casos mais urgentes.
- Perceber e **acautelar as necessidades materiais das diferentes escolas** e estabelecer um calendário de prioridades para as suprir.
- **Remover o amianto de todas as escolas.**
- Estudar a possibilidade de construir uma **creche pública**.
- **Apostar no desporto escolar**, criando condições para esse efeito. Promover, em articulação com as piscinas municipais, um período de natação para cada turma desde o primeiro ao nono ano de escolaridade.
- Estreitar diálogo com **associações de pais e encarregados de educação e dar condições para que**, caso exista vontade, **assegurem as Atividades de Enriquecimento Curricular** do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico.
- Alargar e dinamizar projetos de colónias de férias e ocupação de tempos livres para as crianças e jovens, em estreita ligação com as juntas de freguesia, escolas, associações de pais e encarregados de educação e associações desportivas.
- Introduzir nas cantinas escolares gradualmente alimentos de origem biológica e produção local, assegurando que os menus disponibilizados nas cantinas, independentemente da dieta alimentar, são equilibrados nutricionalmente. Por ser uma realidade cada vez mais usual é importante que se preveja a possibilidade de opções vegetarianas com valor nutricional adequado para quem siga esse regime alimentar.
- Criar **conteúdos letivos** específicos que falem de **inclusão, combate a todas as formas de discriminação, sustentabilidade, saúde e alimentação**.
- Incluir no programa escolar **conteúdos letivos relativos à economia doméstica, literacia financeira e educação para o consumo**.
- Definir um **Programa Municipal de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, com conteúdos específicos e ações práticas.
- **Educar para a cidadania** e fazer disso uma bandeira educacional do município, promovendo encontros entre as diversas escolas e agrupamentos sobre essa matéria, para que se possa fomentar a salutar troca de ideias e experiências.





- **Minimizar as situações de abandono e absentismo escolar**, prevenindo e detetando as situações de violência psicológica e/ou física em meio escolar. A autarquia deve garantir a existência em todas as escolas do funcionamento de serviços de apoio a alunas e alunos e à família, dotados de especialistas em psicologia em número suficientes para suprir a necessidade da comunidade escolar.
- **Desincentivar a paragem de automóveis particulares em frente das escolas** e fiscalizar o estacionamento abusivo, reservando uma faixa de 50 metros à entrada das escolas apenas para a paragem de veículos de transporte escolar e para passeadeiras de peões seguras e com visibilidade.
- **Criar parques de estacionamento cobertos para bicicletas nas escolas.**
- Encetar conversações com o Ministério da Ciência e Ensino Superior e com Universidades e Politécnicos da área metropolitana, para a **criação dum polo de ensino superior**, essencial para fixar os jovens locais dando-lhes perspetivas, atrair estudantes de outras áreas geográficas e **fazer com que o município se afirme como cidade de conhecimento**, com todas as sinergias e mais-valias entre academia e comunidade que poderão vir a ser criadas.

## 4. SAÚDE, DESPORTO E BEM-ESTAR

Este é um eixo da maior importância que o PAN considera fazer sentido tratar de forma abrangente e plural. Entendemos fundamental alterar o paradigma e mais do que curar as doenças é preciso trabalhar na prevenção do seu aparecimento. Está cientificamente provada e amplamente documentada a ligação entre saúde e hábitos de vida que incluam uma alimentação equilibrada e a prática de exercício físico. Como tal deve a autarquia criar programas de incentivo a uma vida saudável, que combata o sedentarismo e promova o desporto, atividades de lazer e planos de alimentação saudável. Isso conduzirá ao natural bem-estar da comunidade.

### Saúde

- **Prevenir como modo de manter a comunidade saudável.** Para além de ser a maneira acertada de lidar com a saúde da população, esta é a forma mais eficaz, lógica e barata de garantir a saúde. Com efeito se tentarmos manter a comunidade saudável vamos necessitar de canalizar menos recursos para o combate à doença e aliviaremos a pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde.







- **Promover ações de sensibilização para uma alimentação saudável e sustentável**, que deverá incluir as escolas, a generalidade dos municípios, mas também os comerciantes envolvidos na área de comércio de produtos alimentares ou na área da restauração.
- **Intervir** junto do Ministério da Saúde e demais entidades, fazendo tudo o que está ao alcance do município, **para que o Hospital de Montijo seja renovado e que volte a funcionar na sua plenitude**, com o máximo de valências possíveis.
- **Incluir a especialidade de medicina dentária nos centros de saúde**. A autarquia deve criar condições materiais para que esta especialidade exista em todos os centros de saúde e exigir à tutela a contratação de profissionais.
- **Promover a saúde mental**, garantindo equipas de especialistas em psiquiatria e psicologia que trabalhem junto dos centros de saúde e da comunidade escolar, e criar conteúdos que eliminem o estigma no que concerne a doenças desta natureza.

## Desporto

- **Fomentar o desporto escolar** através da criação de estruturas próprias nos recintos escolares e/ou utilização das infraestruturas concelhias, promovendo encontros interescolares e participação em competições regionais e nacionais.
- **Incentivar o desporto junto da comunidade sénior**, adaptado a esta faixa etária e aos diferentes graus de atividade, promovendo uma prática de envelhecimento ativo e salutar.
- Ampliar e dinamizar os aparelhos de exercícios físicos na via pública, recorrendo à realização de **atividades físicas ao ar livre** com carácter regular, desenvolvidas em conjunto com coletividades desportivas do concelho.
- **Aprofundar as sinergias com as coletividades do concelho** através da celebração de protocolos que promovam a prática desportiva e o lazer.
- **Apoiar os grupos informais de atividade física**, visando a abrangência da prática desportiva, virada para o lazer e convívio, à comunidade.
- Apresentar um projeto sério e credível de **melhoramento das piscinas municipais**.
- Avaliar a possibilidade de construir um **complexo de piscinas municipais na parte leste do concelho**, que beneficiem as freguesias de Canha e Pegões.
- **Estudar a viabilidade de construção dum novo estádio municipal** que seja digno desse nome em localização a avaliar e que permita o desenvolvimento dum parque desportivo na área circundante. Como tal terá de ter **condições para a prática de atletismo** (não só na





componente de corrida como também nas disciplinas técnicas), reavivando uma modalidade desportiva com pergaminhos no concelho e cada vez mais popular.

- **Criar um espaço de *street workout*.**
- **Construir um *skate park***, a partir de materiais reutilizáveis ou reciclados e pensar na construção de outras estruturas para modalidades desportivas “radicais”.
- Dinamizar e revitalizar uma praia municipal, onde se promova a prática de desportos náuticos, como o *kayak*, o *windsurf* ou o *kitesurf*.

## 5. HABITAÇÃO E PATRIMÓNIO PÚBLICO

Não temos dúvida que as cidades e as localidades do futuro serão aquelas onde os territórios vulneráveis se tornam bairros vibrantes, completamente integrados no tecido das cidades, deixando de ser ilhas. Para que tal seja uma realidade é preciso criar comunidade e tecer união entre os diferentes pontos duma cidade segmentada. Apostar numa continuidade coesa do território e na abrangência dos serviços públicos que devem chegar a todas e a todos. Não deixar morrer zonas históricas, criando programas de revitalização (que vão além da mera requalificação de edifícios) que permitam o seu repovoamento e ao mesmo tempo criar novas centralidades que as complementem, sempre da forma o mais sustentável possível, até porque perante as evidências e os desafios ambientais, não temos outra escolha. Entendemos necessário:

- Fazer **um levantamento atualizado do parque habitacional** existente de “habitações sociais”, do seu estado de conservação e ocupação, bem como um levantamento e análise da procura de habitação no município e do tipo de agregados e rendimentos dos mesmos.
- **Descontinuar a aposta na construção dos apelidados “bairros sociais”**, potenciadores de guetos e profundamente estigmatizantes para os seus residentes. A habitação de carácter social deve obedecer a uma lógica de dispersão na malha urbana consolidada, bem como no restante território concelhio.
- Criar um novo programa municipal de habitação, com um novo nome, que possa garantir o direito a uma habitação condigna a todas e a todos.
- **Apostar em rendas controladas e acessíveis** que contemplem os rendimentos de cada agregado familiar.
- Criar um **programa** específico para **arrendamento a Jovens**, através da disponibilização de imóveis pertencentes ao parque habitacional municipal ou auxiliando (através de apoio





financeiro direto ou protocolos) no caso de imóveis no mercado de arrendamento particular.

- **Reabilitar o parque habitacional devoluto pertencente à autarquia.**
- Criar protocolos com construtores imobiliários para que em edifícios a construir, alguns fogos possam reverter para uma bolsa de habitação municipal. Essas são as contrapartidas realmente importantes para a população.
- **Requalificar** os edifícios, os bairros, as ruas, as praças, envolvendo a comunidade residente. Com este sentimento de pertença e de trabalho comum, as obras de requalificação e melhoramento dos edifícios e espaços públicos terão tendência a durar mais tempo e a ser preservadas e protegidas pelos próprios residentes.
- **Criar programa de apoio para melhorar eficiência energética** dos edifícios residenciais e combater a pobreza energética, incluindo também a promoção de equipamentos para a produção local de energia a partir de fontes renováveis, para microprodução ou para autoconsumo, de forma individual ou cooperativa, e a implementação de sistemas solares térmicos para aquecimento de águas.
- Acompanhar a construção de novas habitações e a requalificação das existentes com programas integrados de inclusão social (empregos, escolas, transportes e comércio local).
- Implementar equipamentos de **produção local de energia renovável para autoconsumo** (fotovoltaico e eólico) **nos edifícios públicos.**
- Integrar **sistemas solares térmicos nos equipamentos do município onde se utilize muita água quente**, nomeadamente escolas, piscinas, pavilhões desportivos ou quartéis de bombeiros.
- Salvar a possibilidade de **acesso a todos os edifícios e espaços públicos a pessoas com mobilidade reduzida.**
- **Valorizar e promover o importante património industrial** que existe no concelho como parte da sua identidade histórica e estudar a criação dum museu alusivo à história industrial do concelho.
- **Valorizar todo o património histórico edificado existente**, conhecido ou por desvendar, independentemente do seu estado de conservação, integrando-o no desenho urbanístico da cidade ou concelho, honrando a história da terra e dos seus antepassados.





## 6. PERTENÇA, INCLUSÃO, DIGNIDADE E ACESSO À JUSTIÇA

A construção duma comunidade coesa e forte resulta da aceitação e inclusão de toda a sua diversidade, num respeito profundo pela diferença e pelos direitos humanos. Esta será possivelmente das tarefas mais desafiantes para serem abordadas num programa eleitoral e concretizadas com políticas públicas, pois todas e todos teremos, pessoalmente, caminho para fazer nesta área. Também em termos institucionais há muito a fazer para que se atinja a plena inclusão social. Para que isso seja uma realidade parece-nos óbvio que o município deverá assumir a Agenda 2030, traçada pela ONU, como um dos principais desígnios municipais. Deve ser efetuado um estudo do progresso e desafios do concelho para uma plena realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em parceria com a academia, as organizações não-governamentais e a comunidade, com apresentação de relatórios anuais onde constem alertas e recomendações de melhoramento. Assim, o PAN defende a promoção duma agenda progressista e realmente ambiciosa que permita a todas e a todos o sentimento de pertença a uma comunidade, em plano de igualdade, dignidade e justiça, corporizada nas seguintes medidas:

- **Promover um Observatório Municipal dos Direitos Humanos** que possa contribuir para o respeito e efetivação dos direitos humanos no município.
- Criar condições para a **implementação dum julgado de paz no concelho**, inscrevendo no orçamento municipal uma verba de valor adequado que permita custear as suas despesas.
- Proceder ao **apoio e reforço das equipas da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens**, bem como à sua provisão e garantia de instalações adequadas.
- Desenvolver **programas de educação**, adaptados às diferentes faixas etárias, **de combate a todas e quaisquer formas de discriminação e de intolerância** em função da deficiência, da orientação sexual, da etnia, da religião, da identidade de género, ou qualquer outro fator, em parceria com escolas, associações e forças de segurança, a partir do pré-primário.
- **Empoderar as comunidades** criando condições para a inclusão de todas as pessoas e do acesso em igualdade a todos os serviços existentes, independentemente da sua idade, ascendência, sexo, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social, orientação sexual ou identidade de género.
- **Aderir à Rede de Cidades Arco-Íris**, assumindo a responsabilidade no combate à discriminação da comunidade LGBTI.





- **Dar independência e autonomia a pessoas portadoras de deficiência**, através da criação dum programa de apoio financeiro e técnico para que as pessoas possam adequar as suas casas e os edifícios onde habitam.
- **Criar um serviço de apoio a pessoas idosas** em situação de carência ou fragilidade e que vivam sós, ou com menores e animais, para serem efetuadas de forma gratuita pequenas reparações domésticas e entregas domiciliárias nas residências através de protocolos com empresas.
- **Elaborar uma estratégia municipal para o envelhecimento ativo e saudável.**
- **Garantir o cumprimento da legislação sobre acessibilidades** (Decreto-Lei n.º 163/2006) e eliminar as barreiras arquitetónicas ou mobiliário urbano que possam constituir um obstáculo às pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada. Para esse efeito deve ser realizado um levantamento exaustivo dos edifícios e espaços públicos, bem como dos locais de uso público, que carecem de alterações e promover, ou exigir a quem de direito, a sua adaptação urgente.
- Intensificar a fiscalização de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, assegurando o cumprimento das condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais.
- Criar um programa de adaptação de conteúdos nos equipamentos culturais do município às necessidades de vários públicos, nomeadamente pessoas cegas e pessoas surdas.
- Garantir o acesso aos serviços municipais a pessoas surdas disponibilizando, mediante agendamento, um intérprete em língua gestual portuguesa.
- **Construir uma Estratégia Integrada de Combate à Pobreza**, envolvendo todas as vereações desde o início do processo e que mobilize toda a comunidade, que inclua a definição de metas mensuráveis e a calendarização de relatórios e avaliações, para a qual devem ser disponibilizados recursos técnicos e financeiros para a sua implementação. Deve ser dada especial atenção às pessoas abaixo do limiar de risco de pobreza e a quem foi particularmente afetado pela crise causada pela pandemia Covid-19.
- Criar programas, no âmbito da estratégia identificada no ponto anterior, que visem facilitar o acesso de pessoas em situação de pobreza ou no limiar desta aos distintos serviços da saúde, à educação, habitação, empregabilidade, gestão de eventual atribuição de crédito bancário, entre outros.
- **Realizar campanhas de sensibilização para a temática da pobreza e da exclusão social**, adaptadas a diversos públicos.





- Criar programas de financiamento e apoio técnico a empresas e entidades que criem estágios em contexto laboral e postos de trabalho visando a empregabilidade adaptada a pessoas em situação de grande vulnerabilidade.
- Ceder espaços a jovens para criação de associações, coletividades ou movimentos juvenis, espaços de artes e pequenas empresas.
- Promover campanhas de sensibilização e prevenção nas áreas da gravidez precoce, comportamentos de risco e violência de todos os tipos, nomeadamente no namoro e *bullying*.
- Celebrar protocolos com escolas para criação de programas de voluntariado.
- Rever o Plano Municipal para a Igualdade de Género no Concelho do Montijo e criar o **Conselho Municipal para a Igualdade** a fim de acompanhar e monitorizar a implementação desta estratégia (entre outras temáticas).
- Promover ações de formação obrigatórias na área da igualdade e não discriminação nas suas várias vertentes, para profissionais dos quadros autárquicos e outros cuja função seja de elevado interesse para o município, combatendo assim o estigma e o preconceito.
- Dinamizar, por parte do município, ações de sensibilização junto da comunidade escolar, de empresas e de instituições relativas à temática da igualdade, da igualdade de género, de violência doméstica, sobreposição de discriminações e respeito pela diversidade existente na sociedade.
- Assumir, por parte do município, a proteção, defesa e apoio das vítimas e sobreviventes de violência doméstica, abuso sexual, crianças e jovens vulneráveis e para as suas famílias, bem como vítimas de violência como uma prioridade, em articulação com o poder central, financiando e apoiando as associações e entidades que operem no município nesta matéria.
- Criar, por parte da autarquia, uma equipa de missão específica de acompanhamento e apoio à área do envelhecimento, implementando, por exemplo, a figura do “assistente municipal para a pessoa idosa” com o objetivo de apoiar, acompanhar ou realizar tarefas diversas, como ir às compras, passear animais, ir à farmácia, fazer companhia ou pequenas reparações. Este programa deve ser composto por pessoas em regime remunerado e em regime de voluntariado com a adequada formação.
- Capacitar os profissionais de distintas áreas (saúde e polícia) para a prevenção e deteção precoce de situações de maus-tratos a pessoas idosas e a crianças.





- **Elaborar um Plano da Felicidade e Bem-Estar no município**, em conjunto com a cidadania, entidades e academia, realizando estudos e elaborando um conjunto de variáveis que possam medir esta componente e melhorá-la.
- Delinear um programa de integração das comunidades imigrantes, que passe pelo ensino da língua portuguesa, mas também por conhecimentos gerais da comunidade em que se insere, dos serviços existentes e da forma como recorrer aos mesmos. Para que haja um delineamento e acompanhamento correto de tal programa parece-nos essencial a criação dum gabinete multidisciplinar para a integração.
- Realizar um recenseamento dos mariscadores, tentando fazê-lo em conjunto com o concelho de Alcochete, que consiga dar uma imagem do número real de pessoas que se dedicam a esta atividade, qual a sua origem, contexto socioeconómico e condições de habitação.
- Aplicar um mecanismo idêntico ao ponto anterior para os trabalhadores migrantes na agricultura e estufas concelhias.

## 7. CULTURA E VALORIZAÇÃO ARTÍSTICA

Montijo tem um enorme potencial na área de criação artística, muito devido ao mérito do trabalho associativo nesta matéria, o qual é reconhecido de forma generalizada. Mas para que o concelho esteja à altura desse potencial é preciso ter uma política cultural ambiciosa que envolva artistas e suas estruturas, associações, comunidade educativa e público. À autarquia cabe criar condições para que a produção artística surja através da interação destas estruturas, nunca devendo ceder à tentação de ocupar o espaço das mesmas, instrumentalizando a ação artística ou condicionando a sua liberdade criativa. É também fundamental dar estabilidade e condições de trabalho a todos os profissionais da área da cultura, dos técnicos aos artistas, valorizando e dignificando estas pessoas. A dinamização e o desenvolvimento cultural e artístico devem ser vistos como causa essencial e geradores de retorno efetivo, quer a nível social, com a cultura, as artes e a imaginação a catalisarem novas formas de pensar e de reinventar a comunidade, quer a nível financeiro, com o provável surgimento dum polo de economia criativa.

Por isso preconizamos que o município deve:

### **Investir na criação artística e produção cultural de forma clara e ambiciosa**

- **Alocar as verbas necessárias** para que exista um trabalho regular e diversificado de criação artística e produção cultural.





- **Munir a Divisão de Cultura dos recursos necessários** (humanos e financeiros) para dinamizar a produção cultural no território, sempre em estrita ligação com a comunidade, assegurando a sua abrangência e fruição pelas e pelos munícipes.
- **Aprofundar a relação com as Associações Culturais do concelho**, com a celebração de protocolos de colaboração e/ou contratos-programa que tracem caminhos e objetivos claros. Simultaneamente deve existir um acompanhamento do trabalho destas associações e uma avaliação periódica dos resultados.
- **Atrair talentos externos**, fomentando as residências artísticas.
- **Construir uma incubadora de criação artística**. Espaço multifacetado que funcione como lugar de criação para acolher artistas emergentes autóctones jovens e/ou não profissionais, das mais variadas áreas.
- **Avaliar a reativação duma Bienal de artes plásticas / Prémio Vespeira**, bem como de outras iniciativas como festivais ou mostras de âmbito nacional ou internacional nas diferentes áreas artísticas.
- **Apostar na arte urbana** (murais, graffitis, esculturas...) como forma de democratização da cultura e de exposição permanente e pública da criação artística, **produzindo um roteiro municipal** que assinale os locais onde as obras estão patentes.
- Estudar, remodelar, ampliar e **dinamizar a rede de museus existente**, ponderando avançar com o projeto para um espaço novo e moderno, em nova centralidade, que possa acolher de forma permanente o rico acervo artístico na posse da câmara.
- Avaliar a possibilidade de adquirir espaço industrial desmantelado para criar **museu dedicado à história industrial e comercial de Montijo**.
- Avaliar a possibilidade da criação dum **museu dedicado ao brinquedo**.

### **Incentivar a participação cultural em todo o território**

- **Envolver escolas e de toda a comunidade educativa** do concelho, como forma de criar sinergias, fomentar o interesse dos diversos públicos na relação com as artes e incentivar hábitos regulares de consumo cultural.
- Efetuar um **levantamento de estruturas** na posse do município **que possam funcionar como equipamentos culturais** ou ser convertidas para essa finalidade.
- **Criar uma rede de equipamentos culturais modernos e funcionais**, ou requalificação de edifícios degradados. Esta aposta deve obedecer a uma lógica territorial inclusiva,







valorizando todo o concelho e não apenas o centro da cidade. Descentralizar e democratizar a cultura é preciso.

- **Construir um anfiteatro ao ar livre** que receba espetáculos ligados à música, artes performativas ou outros que a comunidade artística pretenda levar a cabo. Desta forma tiraremos proveito do número considerável de dias sem chuva (popularmente apelidado de “bom tempo”) e inscrevemos a cultura no espaço público comum, o que por si só encerra um valor simbólico de abrangência e comunhão.
- **Idealizar um programa de apoio e incentivo aos artistas autóctones ou residentes**, que permita a livre criação artística e o seu usufruto por parte da população de todo o concelho.
- **Dinamizar a biblioteca municipal e respetivos polos**, abrindo os espaços a iniciativas de munícipes e promovendo, conjuntamente com os criadores artísticos, uma agenda cultural regular e diversificada.
- Conceber um aplicativo para telemóvel (**app**) alusivo às **iniciativas artísticas no concelho**.
- **Facilitar a abertura de livrarias, galerias de arte, lojas de música e outras ligadas às artes** no centro da cidade, através, nomeadamente da isenção de taxas e impostos municipais.

## 8. MOBILIDADE

A mobilidade será uma questão absolutamente fulcral nos tempos mais próximos. Para que consigamos mitigar o aumento da temperatura média do planeta, diminuindo o efeito das alterações climáticas, é fundamental que se proceda a uma revolução na forma como nos locomovemos e na fonte de energia utilizada para esse efeito. Assim precisamos de alterar o paradigma e minimizar a utilização do automóvel particular, incentivando o transporte coletivo e formas de mobilidade suave. A ideia por trás da aposta na mobilidade suave, para além da evidente e imediata redução das emissões de carbono e menor impacto ambiental, é que permita uma maior liberdade individual e contacto direto com a natureza e a cidade, fazendo com que os centros urbanos ganhem vida e sejam locais de encontro e usufruto da população. Também importa garantir a complementaridade entre meios de mobilidade suave e transportes rodoviários ou fluviais, esperando que a médio prazo se possa estar a incluir a dimensão ferroviária (seja na sua vertente ligeira ou pesada), o que dependerá sempre do diálogo construído com outras entidades como a Área Metropolitana de Lisboa ou a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes. Como parece óbvio, o esforço que se anuncia e que devemos fazer, considerando o estado de emergência climática que vivemos, não se coaduna com a implementação dum aeroporto para





voos de aviação civil na Base Aérea n.º 6. O PAN é frontalmente contra a implementação deste aeroporto, numa área de grande riqueza ecológica e de valor ambiental indelével para o concelho e toda a área metropolitana. Devemos seguir as melhores práticas europeias nesta matéria e desincentivar os voos de curta distância, o que no fundo implicaria banir os voos domésticos no território continental e reequacionar a manutenção de muitas ligações ibéricas. O país deve em primeiro lugar tirar partido das infraestruturas existentes e que permitam receber este tipo de operações. Por outro lado, o PAN percebe que não existem estruturas deste calibre sem impacte ambiental e alinha com a necessidade de desmantelar o Aeroporto Humberto Delgado, sito em Lisboa. No entanto defendemos que a alternativa está na adaptação do Aeroporto de Beja. Esta infraestrutura tem uma pista com a capacidade de receber todos os tipos de voos e situa-se a cerca de 170 km da capital. A ligação deve ser feita por ferrovia de alta velocidade, unindo este aeroporto a outras geografias nomeadamente pelo interior do país, corporizando o discurso da necessidade de criar coesão territorial e dispersando a pressão humana sobre os recursos pelo território, podendo mesmo ser equacionada uma ligação exclusiva a Lisboa (sem paragens) que permita uma rápida conectividade entre o aeroporto e a capital.

Assim, o PAN avança com algumas medidas que entende serem exequíveis e fundamentais, sem prejuízo de defender a execução de um estudo mais detalhado que se debruce sobre os transportes e mobilidade na cidade e restante território. Devem ser levadas em conta variáveis como a quantificação do fluxo rodoviário, transporte fluvial, mobilidade suave, a sinistralidade, o tempo despendido, entre outras. O objetivo passa por criar uma maior conectividade entre o concelho e arredores, dar resposta aos movimentos pendulares e criar uma rede mais inteligente e eficaz de transportes públicos redesenhada para melhor servir o concelho e a população.

Desta forma preconizamos:

- **Incentivar a utilização dos transportes coletivos:**
  - **Transportes públicos gratuitos**, através do financiamento do valor do passe navegante municipal ou metropolitano **para jovens menores e jovens estudantes** até aos 23 anos.
  - **Transportes públicos gratuitos para os residentes em Canha e Pegões**, através da restituição do valor do passe navegante municipal ou metropolitano, aplicando assim uma medida de discriminação positiva da maior justiça social para estas populações.
- **Criar um transporte rápido** e, de preferência elétrico, **que ligue o Cais do Seixalinho ao centro da cidade e daí para a periferia** (Jardia, Alto Estanqueiro, Atalaia, Sarilhos Grandes e Afonsoeiro), incentivando as pessoas a optarem pelo transporte fluvial na ligação a Lisboa.





- **Promover a utilização do transporte fluvial**, primeiro pela futura renovação da frota que incluirá embarcações elétricas, depois pelo ganho de escala e porque diminuirá a pressão no tráfego automóvel que se faz sentir, especialmente na Rotunda das Portas da Cidade e no acesso à Ponte Vasco da Gama. Para tal é fundamental a **requalificação da estrada do Seixalinho** (com inclusão de passeio e de ciclovia) e garantir mais ligações e com maior frequência ao cais de embarque.
- Reunir com as entidades competentes no sentido de criar uma **ligação fluvial entre Montijo e o Parque da Nações em Lisboa**, fundamental para um transporte rápido e direto para esta nova centralidade e que diminuirá consideravelmente a pegada ambiental associada a este movimento pendular.
- Criar uma **linha de transporte circular** que ligue o centro urbano e as periferias, no sentido de desincentivar o uso da viatura particular.
- Incentivar a mobilidade elétrica, auxiliando os municípios a aderirem a programas em vigor para substituição de automóveis movidos a combustíveis fósseis por veículos elétricos e criando uma rede pública de postos de carregamento para veículos elétricos, abastecidos por fontes de energia renovável.
- Reunir com entidades e empresas ligadas à mobilidade suave com vista a implementar um **sistema de bicicletas partilhadas** no município (ou outros meios de transporte suave partilhado) e encetar conversações com os concelhos de Alcochete, Palmela e Moita para a possível abrangência e intermunicipalidade deste sistema.
- Realizar um **estudo sobre a implementação de ciclovias ou vias partilhadas** (com trânsito rodoviário) **no centro da cidade** de Montijo, mantendo presente que as ciclovias não devem retirar espaço aos peões.
- **Apostar no alargamento e densidade da rede de ciclovias**, baseado em estudos e análises no terreno que permitam aferir que essa aposta se traduz em ganhos para a mobilidade e ambiente. Para que tal suceda deve estar previsto que as ciclovias liguem o centro da cidade de Montijo, à sua periferia e aos centros das restantes freguesias. **Construir**, numa primeira fase, a **ciclovia para a Atalaia** e a **ciclovia para o Cais do Seixalinho** (ambas promessas por cumprir do atual poder autárquico), bem como projetar a ligação a Sarilhos Grandes, construindo de imediato o **troço entre o Apeadeiro e a Lançada** a fim de assegurar uma passagem segura para ciclistas e pedestres.
- **Construir parqueamentos para bicicletas** por todo o concelho, especialmente junto dos edifícios e espaços públicos, em locais com visibilidade e com sistemas de retenção





(cadeados, correntes ou análogos), que incentive junto da população a ideia da utilização da bicicleta como meio de transporte.

- **Devolver a cidade às pessoas**, apostando nas vias pedonais e na mobilidade suave, diminuindo dessa forma o tráfego nos centros urbanos, aumentando a qualidade do ar, permitindo a fruição do espaço público e criando mais espaços verdes e de lazer.
- **Colocar os parquímetros em funcionamento** no casco urbano de Montijo, a ser pago por todos os não residentes, como forma de desincentivar a utilização do automóvel particular nestas deslocações, criando espaços gratuitos de estacionamento na periferia da cidade em locais próximos de acessos a transportes públicos e/ou pontos de bicicletas partilhadas.
- **Garantir a continuidade e acessibilidade dos passeios**, eliminando os “vazios” nos percursos pedonais.
- Manter/reparar os **bebedouros** existentes e instalar novos **pela cidade, que incluam dispensador de água para animais**, criando ainda **instalações sanitárias públicas** em mais locais da cidade, que tenham uma limpeza e vigilância regular.

## 9. ECONOMIA E INVESTIMENTO MUNICIPAL

O relançamento económico pós-covid19 é algo que acompanhará o próximo mandato autárquico. As assimetrias sociais cresceram e a pobreza voltou a ganhar terreno. Mas para que esta retoma, com necessária redução de desigualdades, possa ser implementada duma forma sustentável é fundamental pensar o modelo de desenvolvimento concelhio que necessitamos e a forma como o deveremos pôr em prática.

### Agricultura e florestas

- Sensibilizar os produtores agrícolas locais para a necessidade de aderir a práticas de produção de culturas mais sustentáveis, tentando criar um movimento de **transição para agricultura biológica** apoiando as pessoas ou empresas que pretendam aderir a essa iniciativa. Tentar que tal seja uma **marca do concelho que valorizará os produtos agrícolas**. À autarquia caberá também apoiar na difusão e publicitação dessa marca.
- Criar um **programa de incentivo aos pequenos produtores locais**, e demais população, apostando na realização de ações de **formação sobre as diversas formas de agricultura sustentável**.





- Criar uma bolsa onde os produtores locais possam escoar os seus produtos, que serão adquiridos por parte da autarquia e empresas municipais (para utilização nos refeitórios) ou mesmo particulares ligados, por exemplo, à área da restauração.
- Implementar uma redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) às explorações agrícolas com culturas que requeiram baixa utilização de recursos hídricos e promovam técnicas sustentáveis.
- Articular com os proprietários a **recolha dos resíduos de limpezas florestais para aproveitamento do município**, sempre que os mesmos não pretendam utilizá-la, evitando assim a realização de queimadas.
- Criar condições para que o regime de monocultura e a intensidade de produção nas áreas florestais do concelho sejam abandonadas, ajudando os produtores na calendarização e processamento desta transição para um modelo mais sustentável e resistente às alterações climáticas, que aposte nas espécies autóctones.

## **Indústria**

- Atribuir incentivos de fixação às indústrias ligadas à transição energética, às energias renováveis, à mobilidade sustentável, à alimentação sustentável e à promoção da economia circular.
- Reservar terreno camarário para **implementação dum parque empresarial verde** direcionado para indústrias com práticas ambientais sustentáveis, vocacionadas para a economia circular ou direcionadas para o conhecimento, tecnologia e transição digital.
- Criar uma plataforma municipal para as simbioses industriais, onde os “resíduos” de uma indústria poderão ser utilizados como “matérias-primas” noutras indústrias.
- Participar, em regulamento a definir, a aquisição de estações de medição da qualidade do ar e de monitorização do ruído às empresas, bem como a aquisição de soluções de apoio à microprodução de energias renováveis, incluindo tecnologias de armazenamento de energias renováveis em pequena escala, para as empresas que assinem o compromisso municipal para a descarbonização.

## **Comércio e serviços**

- Implementar uma política de atração de investimento e de apoio ao empreendedorismo local a quatro anos, com propostas de isenção ou de **redução da derrama para as empresas de setores ambientalmente sustentáveis**.





- Potencializar o espaço público, nomeadamente através dos mercados municipais enquanto espaços privilegiados de comércio local, mas também de convívio e de socialização intergeracional. Ao longo dos anos, estes espaços foram perdendo clientes devido às grandes superfícies, motivo pelo qual o PAN defende a urgência da sua revitalização, introduzindo novas funções mas sobretudo recuperando estes espaços para distribuir e consumir produtos locais e regionais, de preferência sazonais e biológicos, promovendo a produção e a economia locais, diminuindo ao mesmo tempo a pegada ecológica.
- Facilitar o alargamento dos períodos de funcionamento dos estabelecimentos, desde que acautelado o cumprimento da legislação do ruído.
- **Fomentar o aparecimento do comércio de rua e de pequenas empresas de serviços nos centros urbanos.**

## Emprego

A precariedade das relações laborais é uma realidade cada vez mais evidente a nível nacional. Associada a baixos salários, contratos inexistentes ou a prazo muito limitado e a horários desfasados, a precariedade é um flagelo que tem de ser debelado, devendo as autarquias tomar a dianteira neste combate. Assim, no quadro das relações de emprego municipal, devemos:

- Facilitar a conciliação entre a vida familiar e profissional.
- Instituir uma política de direito ao descanso e à “desconexão”.
- Combater todas as formas de assédio.
- Celebrar contratos de trabalho sem termo sempre que as tarefas e competências não assumam carácter sazonal ou temporário.
- Apostar na qualificação e formação profissional.
- Assegurar que a remuneração auferida, mesmo que em regime temporário de estágio, é adequada ao trabalho prestado, devendo ser reforçados os incentivos para conversão de contratos de estágio em contratos definitivos.

## Iniciativa municipal

- Criar um **Balcão de Apoio aos particulares e empresas, tendo em vista a formalização de candidaturas aos fundos comunitários existentes.**
- **Dinamizar os mercados municipais**, enquanto espaços que apostam na proximidade e na produção local e regional, diminuindo a pegada ecológica, **diversificando a oferta de serviços e repensando os seus horários.**





- **Efetuar um levantamento das necessidades existentes nos espaços que recebem feiras e mercados ambulantes regulares.** Estes sítios devem ser equipados com uma estrutura de cobertura, instalações sanitárias, melhoramento (e limpeza) do pavimento, mais pontos de recolha de lixo, ecopontos e contentores específicos para lixo orgânico, entre outras melhorias.
- Adaptar um edifício camarário sem utilização num **espaço de trabalho partilhado para munícipes em teletrabalho** (ou adquirir um imóvel para essa finalidade). O espaço deve estar equipado com mobiliário de escritório disposto individualmente e deve ter acesso a uma rede de telecomunicações eficiente. Desta forma as e os munícipes, cujas profissões permitam a realização de teletrabalho mas que não têm condições na sua residência para o efetuar, podem ter a possibilidade de optar por este regime de trabalho mais perto de sua casa, evitando maiores deslocações o que possibilita ganhos em tempo, redução dos gastos e diminuição da pegada ecológica.
- Criar uma **incubadora de empresas** num espaço condigno, que possa acolher e dar condições à fase embrionária de projetos locais, mas também atrair projetos dos concelhos vizinhos.
- **Promover práticas de turismo sustentáveis**, como por exemplo a observação de aves, quer na parte urbana e no maravilhoso estuário do Tejo, quer na parte rural do concelho que abrange as freguesias de Pegões e Canha. Apostar em circuitos pedestres e cicláveis, urbanos e rurais, ou numa rota de arte urbana ou de património cultural edificado.
- Reconverter o sistema de **rega dos jardins e espaços verdes urbanos num sistema inteligente** que permita mais eficiência com ganhos ambientais e financeiros.
- Efetuar **levantamento das necessidades de iluminação pública** e criar um plano de calendarização para a sua implementação, adotando as soluções mais eficientes do ponto de vista ambiental e económico e, tal como no caso do sistema de rega, implementar um modelo inteligente de iluminação pública.

## 10. ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

A base duma democracia local saudável e profícua é demonstrada pela forma de administração do município e pelo incentivo à participação cidadã. Por isso entendemos que estas duas variantes devem ser apresentadas num mesmo capítulo. Essa é a forma como encaramos a política e o seu





exercício: Vivemos em comum / Decidimos em comum. A ligação entre eleito local e munícipe e a confiança deste último nas instituições eleitas, nas estruturas municipais e nos seus serviços camarários são pilares para uma comunidade coesa e resiliente. Mas em Montijo sucede exatamente o inverso e temos um longo caminho a percorrer nesta matéria. Este é um processo que só se consegue, como referido na introdução, através da credibilização da política local e das instituições, que passará, obrigatoriamente, pela eleição de novas e novos agentes políticos para os órgãos autárquicos. Com vista a esse mesmo objetivo, o da credibilização, o PAN elenca o seguinte conjunto de medidas:

- Reivindicar (junto do Governo) ao nível da transferência de competências, no âmbito da Lei n.º 50/2018 de 16 de Agosto, um envelope financeiro compatível com as responsabilidades a assumir pelo município.
- Criar um **gabinete para a agilização dos processos administrativos**. A este gabinete será incumbida a tarefa de facilitar a relação entre munícipes e serviços municipais. Será também criada uma área específica que sirva de apoio técnico às associações ou coletividades que vise a modernização e agilização dessas estruturas.
- Criar um **gabinete municipal de combate, prevenção da corrupção e reforço da transparência**, ao qual caberá, por exemplo, assegurar a aplicação e monitorização dos procedimentos internos no seguimento de recomendações proveniente de auditorias que possam existir.
- Utilizar os canais de comunicação institucional do município para informar verdadeiramente os munícipes sobre as questões fundamentais do exercício da gestão autárquica e não como meio de campanha partidária ou ferramenta que fomente um qualquer culto da personalidade.
- Assumir o compromisso **“Zero Propaganda Institucional”**, transferindo as verbas habitualmente utilizadas em publicidade e marketing para a melhoria dos serviços públicos. Porque o erário deve estar ao serviço das populações e não de interesses político-partidários.
- **Adequar o horário de funcionamento dos serviços municipais** de maneira a atender às necessidades horárias das populações, designadamente garantindo respostas em horários pós-laboral e apostando no atendimento diferenciado por agendamento.
- Rever os regulamentos municipais de forma a incluir conceitos como o de sustentabilidade, economia circular, entre outros, envolvendo as forças políticas com representação nos órgãos do Município e a comunidade.







- **Apostar numa verdadeira transição digital municipal**, sem prejuízo da aposta em soluções presenciais adaptáveis, assente na desmaterialização e desburocratização de processos, que possibilite a participação à distância das e dos munícipes em segurança e comodidade.
- Implementar **rigor no cumprimento dos prazos legalmente aplicáveis** relativamente aos serviços prestados pelo Município.
- Assegurar que o Município é decisivo no que respeita à prestação de serviços públicos essenciais, como sejam abastecimento de água e a recolha e tratamento de resíduos.
- Desenvolver um **aplicativo para telemóvel referente à atividade dos órgãos camarários**, dos serviços municipais e com um sistema de alertas para a população comunicar falhas, expor reclamações ou apresentar sugestões.
- Garantir a **divulgação atempada de informação institucional relevante**, como seja a calendarização das reuniões e a publicitação dos documentos que irão ser submetidos à deliberação dos órgãos da autarquia.
- Ir além do que está legalmente previsto no que diz respeito às reuniões públicas dos órgãos autárquicos, descentralizando, repondo o horário das 19 horas para início das reuniões de Câmara e abrindo ainda mais o governo do município aos cidadãos, com a publicitação dos documentos que irão ser submetidos à deliberação dos órgãos da autarquia.
- Assegurar a **transmissão online das reuniões de câmara e assembleia municipais**, criando mecanismos que assegurem a participação virtual das e dos munícipes previamente inscritos.
- Iniciar uma prática de **apresentação pública e discussão prévia das grandes opções do plano** para o município.
- Criar um **modelo de opções participadas** – onde os munícipes têm uma palavra a dizer no estabelecimento das prioridades que a autarquia deve dar aos projetos estratégicos que pretende concretizar.
- Recorrer, quando tal se justifique, à ferramenta do referendo municipal.
- **Fazer da Consulta Pública um mecanismo de interação com a cidadania** alargando a sua abrangência mesmo para situações em que a lei não preveja a sua obrigatoriedade e criando espaços de discussão e troca de ideias sobre os projetos.
- Garantir um **governo local de proximidade**, apostando em contactos diretos, formais ou informais, com a comunidade.
- **Criar a primeira Assembleia Cidadã Municipal** de carácter regular. Esta é uma ferramenta de democracia participativa onde um grupo de munícipes independentes, escolhidos de





forma aleatória mas com o propósito de serem representativos da comunidade, irão debater matérias importantes para o concelho com o auxílio de moderadores e pessoal técnico que trará o conhecimento necessário à discussão. No fim será elaborado um conjunto de recomendações referentes a propostas de políticas públicas que competirá à Câmara Municipal avaliar e executar.

- Implementar um **orçamento participativo municipal**, exclusivamente para munícipes ou grupos de munícipes, ferramenta que permite a participação cidadã na discussão e gestão do âmbito local. A esta ferramenta deve ser adjudicada uma verba que permita a apresentação de projetos audaciosos e que possam criar real impacto na comunidade.
- Implementar um **orçamento participativo jovem**, promovendo a participação e a cidadania nos jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 30 anos. Essa será também uma forma de conhecer os anseios da população mais jovem.
- Estreitar a relação e contribuir para o desenvolvimento do trabalho das associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras entidades que prossigam fins de interesse público municipal no âmbito dos Direitos Humanos, da ação social, da defesa ambiental, da proteção animal e/ou desenvolvimento cultural, não só através da atribuição de apoios financeiros e não financeiros, como através da possibilidade de participação e definição de políticas e planos de ação locais.
- **Incentivar a criação de Comissões de Moradores e empoderar as existentes**, em articulação com as Freguesias, tal como determinado na Constituição da República Portuguesa.

## 11. PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA

- **Efetuar simulacros regulares**, com os mais variados cenários, envolvendo as escolas, entidades municipais e empresas privadas.
- Criar um **fundo municipal** que possa **fazer face a períodos de calamidade**, sejam causados por fenómenos naturais extremos, sejam causados por epidemias ou pandemias.
- Implementar uma estratégia de testes gratuitos para rastreio de Covid-19 (ou outras pandemias de futuro), através de protocolos com unidades laboratoriais.





- Avaliar as condições da esquadra e quartéis das forças de segurança no concelho e iniciar de imediato pequenas obras de melhoramento que possam ser asseguradas pelo município.
- Assegurar **condições dignas de trabalho às Corporações de Bombeiros Voluntários** de Canha e de Montijo.
- Implementar um pacote de regalias para os bombeiros com o intuito de valorizar o trabalho prestado à sociedade, tendo em conta a dedicação e tempo investido, assim como o risco assumido por esses cidadãos.
- Avançar, em conjunto com as corporações de bombeiros, com ações de formação nas escolas e nos serviços municipais sobre técnicas de suporte básico de vida, combate a incêndios e como enfrentar acidentes e calamidades fruto de catástrofes naturais.
- Melhorar a sinalética vertical e horizontal na rede de ciclovias do concelho, criando um **código de boas práticas na utilização destas vias a seguir por pedestres e ciclistas**.

### **Sinistralidade rodoviária**

- Promover campanhas de sensibilização para a redução da sinistralidade rodoviária direcionadas para a população em geral e também para as escolas do concelho.
- Alargar e diversificar os meios que detetam o excesso de velocidade, como por exemplo semáforos de controlo de velocidade ou criação de passarelas sobrelevadas com continuidade relativamente à altura do perfil do passeio para facilitar passagem aos peões.
- Limitar a velocidade ao **máximo de 30 km/h nos núcleos urbanos** históricos com vias mais estreitas e menor visibilidade.
- Criar campanhas de sensibilização para o cumprimento do estipulado no código da estrada para a circulação de automobilista e ciclistas, apostando em ações específicas de promoção de boas práticas entre estes dois grupos.

## **12. PLANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO**

- **Concluir a revisão do PDM**, levando em conta a conjuntura inerente às alterações climáticas e a necessidade absoluta de incluir conceitos como a sustentabilidade. Este é um processo que se arrasta desde 2004 e que parece não ter fim à vista. Mas agora esta tarefa tornou-se ainda mais urgente face ao Decreto-Lei n.º 25/2021, de 29 de Março, que





altera o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e prevê consequências graves para os municípios quer no acesso a apoios financeiros (nacionais ou comunitários), quer no que concerne ao uso dos solos.

- Revisitar o Regulamento Administrativo Municipal de Publicidade, no sentido de **impedir o surgimento de mais suportes publicitários no espaço público** (outdoors, mupis e similares) e tentar reduzir significativamente os existentes. Estes suportes causam um impacto estético e físico sobre a paisagem, ambiente e património, bem como poluição visual e saturação do espaço público, devendo ser submetidos a um processo de licenciamento mais rigoroso do ponto de vista urbanístico.
- Constituir um **Gabinete Municipal com equipa multidisciplinar** que estude e avalie os passos a dar **para tornar Montijo um concelho amigo do ambiente**. Uma das medidas a avançar seria a de instaurar a prática do **relatório de impacte ambiental** para qualquer obra, pública ou privada, o qual deve pesar na decisão final sobre a sua realização.
- Rever aprofundadamente o Plano Municipal de Ambiente (que data de 1999).
- Garantir um **contínuo verde na área urbana edificada ou de expansão**, devendo essas ligações verdes serem pensadas e garantirem a continuidade do corredor ecológico por cima ou por baixo das infraestruturas rodoviárias. Só desta forma se permite o cumprimento da sua função básica de reduzir os efeitos da fragmentação dos ecossistemas, permitindo a livre deslocação de animais e pessoas em segurança, pode estar garantida.
- Criar um **plano de arborização nas áreas urbanas e eixos rodoviários**, com recurso à flora autóctone e que inclua árvores de fruto, para dessa forma contribuir para a preservação da biodiversidade.
- Desenvolver um **programa de hortas urbanas**, de carácter individual ou coletivo, com um regulamento próprio construído de forma participada. Essas hortas deverão servir para autoconsumo, canalizando os excedentes para a comunidade carenciada ou para as IPSS sem qualquer contrapartida monetária envolvida.
- Avaliar a possibilidade da criação dum **programa de jardins comunitários**, plantados e mantidos por munícipes, em talhões de espaços verdes camarários reservados para esse efeito.
- **Controlar de forma rigorosa a qualidade da água para consumo humano**, fazendo trabalhos regulares de manutenção em toda a rede abastecedora. Tal servirá também para reduzir o desperdício de água que ocorre no município.





- Acompanhar a **monitorização do aquífero** da Bacia do Tejo-Sado (nomeadamente o seu sistema da Margem Esquerda), avaliando a qualidade da água regularmente e percebendo também qual a taxa de recarga do mesmo a fim de estimar a sua sustentabilidade e capacidade de abastecer a comunidade. Perceber que embora este seja o maior sistema aquífero do país e uma riqueza inigualável para o concelho e região, não podemos correr o risco de delapidar este recurso colocando em risco a sua sustentabilidade e o abastecimento a gerações futuras.
- Aproveitar as águas residuais tratadas (saídas das ETAR) para regas e limpezas públicas.
- Implementar um programa de aproveitamento das águas cinzentas nos edifícios públicos.

## Higiene Urbana

- **Assegurar a recolha atempada dos diversos tipos de resíduos** nos ecopontos e postos de limpeza onde estão colocados contentores, evitando as atuais situações de insalubridade, bem como garantir a higienização regular desses espaços.
- Fiscalizar e atuar no caso de incumprimento de munícipes ou empresas quanto ao depósito de lixo doméstico fora dos pontos de recolha próprios ou na via pública.
- Reforçar fiscalização aos locais da cidade mais afetados pelos dejetos caninos que habitualmente não são recolhidos pelos responsáveis dos animais.
- Reforçar fiscalização nos pontos mais utilizados para depósito ilegal de entulhos.
- Promover campanhas nas escolas, empresas e junto de munícipes que visem a promoção e sensibilização para a reciclagem, mostrando os efeitos nefastos da sua não execução.
- Avaliar a possibilidade de recolha seletiva de resíduos porta-a-porta.
- Apostar na **recolha de resíduos orgânicos** e seu aproveitamento, esclarecendo a população para a importância dessa medida.
- Construir uma **central de compostagem municipal**, alimentada por uma rede de contentores de compostagem distribuídos pelo território, sendo que o composto produzido pode depois ser utilizado como fertilizante natural para os espaços verdes, hortas urbanas ou pequenas unidades agrícolas locais.
- Assegurar a **colocação de moloks em todos os núcleos urbanos consolidados e com maior densidade populacional**.
- Traçar um plano de médio prazo para garantir uma taxa de **cobertura de 100% do saneamento básico no território**.





**Lista PAN Montijo**  
**30 de agosto de 2021**

